

GBIO Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264F2-045-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores

GBIO Energia S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da GBIO Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GBIO Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Em 08 de abril de 2026, emitimos relatório de auditoria com modificação, em razão da não conclusão, pela Companhia, à época, da mensuração e contabilização da alocação de preço de compra oriunda de combinação de negócios, sobre as demonstrações contábeis da GBIO Energia S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a contabilização da alocação de preço de compra decorrente da citada combinação de negócios descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto, contida em nossa opinião anteriormente emitida, não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião, constante deste relatório, não contém qualquer modificação. Nossa opinião continua sendo sem modificação relacionada a esse assunto, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao exercício anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC 1SP-354.256/O-5

GBIO Energia S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.213	14.464	8.273	14.803
Contas a receber de clientes	6	-	-	3.378	609
Estoque	-	-	-	168	19
Impostos a recuperar	7	698	29	2.052	1.346
Partes relacionadas	8.a	3.874	-	3.874	-
Outros ativos	-	333	24	452	1.224
Total do ativo circulante		9.118	14.517	18.197	18.001
Ativo não circulante					
Partes relacionadas - Debêntures privadas	8.b	92.217	14.181	-	-
Outros ativos	-	-	-	102	-
Total		92.217	14.181	102	-
Investimentos	9.a	75.741	57.765	5.898	4.889
Total		75.741	57.765	5.898	4.889
Imobilizado	10	14	-	188.135	65.215
Intangível	11	-	-	17.409	17.404
Total do ativo não circulante		167.972	71.946	211.544	87.508
Total do ativo		177.090	86.463	229.741	105.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	12	110	29	22.353	639
Obrigações tributárias	-	138	18	879	342
Obrigações trabalhistas	-	772	102	1.032	254
Outros passivos	14	1	6.105	309	6.105
Total do passivo circulante		1.021	6.254	24.573	7.340
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	56.593	-	56.593	-
Partes relacionadas - Debêntures privadas	8.c	76.812	22.553	76.812	22.553
Obrigações sociais	-	-	-	198	-
Total do passivo não circulante		133.405	22.553	133.603	22.553
Patrimônio líquido					
	16				
Capital social		87.994	87.994	87.994	87.994
Capital a integralizar		(28.009)	(28.009)	(28.009)	(28.009)
Prejuízos acumulados		(17.321)	(2.329)	(17.321)	(2.329)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		42.664	57.656	42.664	57.656
Participação de não controladores		-	-	28.901	17.960
Total do patrimônio líquido		42.664	57.656	71.565	75.616
Total do passivo e patrimônio líquido		177.090	86.463	229.741	105.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	-	-	11.585	1.477
Custo operacional	18	-	-	(7.051)	(2.304)
Resultado bruto		-	-	4.534	(827)
Despesas administrativas	19	(8.322)	(1.251)	(11.076)	(2.373)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.983)	(1.183)	(1.237)	(135)
Outras resultados operacionais	-	1	1	201	1
Resultado operacional		(11.304)	(2.433)	(7.578)	(3.334)
Receitas financeiras		6.739	223	2.865	254
Despesas financeiras		(10.427)	(119)	(10.579)	(132)
Resultado financeiro líquido	20	(3.688)	104	(7.714)	122
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(14.992)	(2.329)	(15.292)	(3.212)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	(396)	(8)
Prejuízo do exercício		(14.992)	(2.329)	(15.688)	(3.220)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(696)	(891)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(14.992)	(2.329)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(14.992)	(2.329)	(15.688)	(3.220)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(14.992)	(2.329)	(15.688)	(3.220)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(696)	(891)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	-	-	(14.992)	(2.329)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		10	-	-	10	-	10
Aumento de capital		-	-	-	-	18.851	18.851
Aumento do capital social - 27/07/2024	17	12.484	-	-	12.484	-	12.484
Aumento do capital social - 20/08/2024	17	6.500	-	-	6.500	-	6.500
Aumento do capital social - 05/09/2024	17	69.000	(28.009)	-	40.991	-	40.991
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.329)	(2.329)	(891)	(3.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		87.994	(28.009)	(2.329)	57.656	17.960	75.616
Aumento de capital	-	-	-	-	-	11.637	11.637
Prejuízo do exercício	-	-	-	(14.992)	(14.992)	(696)	(15.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		87.994	(28.009)	(17.321)	42.664	28.901	71.565

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(14.992)	(2.329)	(15.688)	(3.220)
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciações	10	3	-	1.339	256
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	2.983	1.183	1.237	135
Juros e encargos de debêntures	8.c	3.259	53	3.259	53
Remuneração de debêntures	8.b	(3.933)	-	-	-
Juros e encargos de empréstimos	13	6.593	-	6.593	-
Prejuízo do exercício ajustado		(6.087)	(1.093)	(3.260)	(2.776)
Variações nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber	-	-	-	(2.769)	(609)
Estoque	-	-	-	(149)	(19)
Impostos a recuperar	-	(669)	(29)	(706)	(1.346)
Outros ativos	-	(309)	(33)	670	(1.233)
Partes relacionadas	-	(3.874)	-	(3.874)	-
Fornecedores	-	81	29	21.714	639
Obrigações tributárias	-	120	18	537	342
Obrigações trabalhistas	-	670	102	778	254
Obrigações sociais	-	-	-	198	-
Outros passivos	-	(6.104)	-	(5.796)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(16.172)	(1.006)	7.343	(4.748)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	11.b10.b	499	-	(124.259)	(59.793)
Aquisição de ativo intangível	9.b e 14	-	-	(5)	(17.133)
Subscrição de debêntures privadas	8.b	(74.103)	(14.181)	-	-
Ágio na aquisição de participação em controladas	9.b e 14	-	(11.168)	-	-
Mais valia na aquisição de participação em controladas	9.b	-	(5.809)	-	-
Aportes de capital em empresas investidas	9.b	(21.475)	(35.866)	(2.246)	(5.024)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(95.079)	(67.024)	(126.510)	(81.950)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	-	-	59.984	11.637	78.991
Captações de debêntures privadas	8.c	51.000	22.500	51.000	22.500
Captações de empréstimos	13	50.000	-	50.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		101.000	82.484	112.637	101.491
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(10.251)	14.454	(6.530)	14.793
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.464	10	14.803	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.213	14.464	8.273	14.803
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(10.251)	14.454	(6.530)	14.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Contexto operacional e Continuidade das operações

A GBIO Energia S.A. (Companhia), denominada até 1º de agosto de 2023 como Proteas SP Participações S.A, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que iniciou suas operações em agosto de 2023 e tem por objeto social a exploração, produção, transporte e comercialização de gás, incluindo as atividades necessárias para sua operação, manutenção e implantação; a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; a participação, como acionista ou quotista, em outras empresas; e a prestação de consultoria e assessoria na área ambiental, de gás e energia. A Companhia tem como controlador o Gama Fundo de Investimentos em Participações.

A GBIO foi constituída com o objetivo de atuar de forma estratégica na exploração, produção e comercialização de gás natural renovável e energia a partir de biogás, estruturando um portfólio de projetos com foco em ativos operacionais de médio e longo prazo. Desde o início de suas atividades, a Companhia se encontra em fase de implantação e expansão de seus negócios, o que envolve a realização antecipada de investimentos relevantes e a constituição de estruturas operacionais e administrativas antes da plena maturação das receitas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo e prejuízo contábil acumulado, reflexos típicos do estágio de desenvolvimento dos projetos, especialmente daqueles relacionados à implantação de plantas de produção de biometano e à aquisição de participações societárias estratégicas realizadas em 2024. Esses resultados refletem principalmente despesas administrativas, custos de estruturação, despesas financeiras associadas às fontes de financiamento utilizadas e investimentos ainda não convertidos integralmente em geração de caixa operacional.

Apesar desse cenário contábil, a Administração avalia que não há incerteza relevante quanto à continuidade operacional da Companhia, considerando os seguintes fatores:

- a estrutura de capital do Grupo é suportada por seu controlador, que possui histórico comprovado de aportes financeiros e comprometimento com o plano estratégico da Companhia;
- os principais passivos financeiros possuem vencimentos concentrados no longo prazo, sem exigibilidade relevante no curto prazo, o que mitiga riscos imediatos de liquidez;
- a Companhia detém caixa, aplicações financeiras de alta liquidez e acesso a linhas de financiamento suficientes para suportar suas obrigações operacionais e financeiras no curso normal dos negócios;
- os projetos em desenvolvimento encontram-se em fase avançada de implantação, com expectativa de início ou ampliação de geração de receitas operacionais nos exercícios subsequentes;
- a aquisição das controladas MetaGás Biogás e Energia S.A. e MetaGera Energia Ltda. agregou ativos operacionais relevantes, contratos de fornecimento e carteira de clientes, fortalecendo a base econômica do Grupo e sua capacidade futura de geração de caixa.

Adicionalmente, a Administração elabora projeções econômico-financeiras que demonstram a viabilidade dos negócios, a recuperação dos investimentos realizados e a expectativa de reversão dos prejuízos acumulados à medida que os projetos atinjam sua capacidade operacional plena. Essas projeções consideram premissas compatíveis com o estágio atual das operações, contratos já firmados e condições de mercado observadas para o setor de biometano e energias renováveis.

Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, não havendo intenção ou necessidade de liquidação ou redução significativa das atividades no horizonte previsível.

1.2. Operações da Companhia e de suas controladas

As investidas GBIO Energia S.A. e suas respectivas áreas de negócio são:

CH4 Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2024, com sede na cidade de Sabará - MG que tem por objeto social o aproveitamento de biogás para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável, podendo utilizar e adquirir biogás produzido por terceiros ou implantar e operar sistemas próprios de captação, coleta, processamento e/ou purificação de biogás.

G3 Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de março de 2024, com sede na cidade de Rosário - MA que tem por objeto social o aproveitamento de biogás para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável, podendo utilizar e adquirir biogás produzido por terceiros ou implantar e operar sistemas próprios de captação, coleta, processamento e/ou purificação de biogás.

Metagás Biogás e Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, adquirida em 09 de setembro de 2024, com sede na cidade de São Paulo - SP que tem por objeto social a captação de biogás e o seu aproveitamento para fins de produção, distribuição e comercialização de biometano; a construção, instalação, administração, exploração e operação de usina de produção de biometano em área de aterro sanitário; a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, nacionais ou estrangeiras e a prestação de serviços correlatos ao seu objeto social.

Metagera Energia LTDA.

Sociedade limitada empresária, adquirida em 09 de setembro de 2024, com sede na cidade de São Paulo - SP que tem por objeto social o aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador; a manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; a transmissão de energia elétrica; o comércio atacadista de energia elétrica; a consultoria em gestão e eficiência de negócios e a participação em outras sociedades exceto holding.

G2U Juiz de Fora Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 02 de outubro de 2024, com sede na cidade de Juiz de Fora - MG que tem por objeto social a captação de biogás e o seu aproveitamento para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável; a construção, instalação, administração, exploração e operação de usina de produção de biometano em área de aterro sanitário, bem como a comercialização do produto derivado da exploração da usina de biometano a terceiros; a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, nacionais ou estrangeiras e a prestação de consultoria e assessoria em assuntos correlatos ao seu objeto social.

G2U Ipatinga Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2024, com sede na cidade de Ipatinga - MG que tem por objeto social a captação de biogás e o seu aproveitamento para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável; a construção, instalação, administração, exploração e operação de usina de produção de biometano em área de aterro sanitário, bem como a comercialização do produto derivado da exploração da usina de biometano a terceiros; a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, nacionais ou estrangeiras e a prestação de consultoria e assessoria em assuntos correlatos ao seu objeto social.

GA Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2024, com sede na cidade de Sabará - MG que tem por objeto social o aproveitamento de biogás para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável, podendo utilizar e adquirir biogás produzido por terceiros ou implantar e operar sistemas próprios de captação, coleta, processamento e/ou purificação de biogás.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.16 – Uso de estimativas e julgamentos.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas para divulgação pela Administração em 17 de abril de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (moeda funcional). A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o real.

2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a controladora GBIO Energia S.A. e suas controladas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 09. A consolidação é realizada a partir da data em que a Companhia obtém controle sobre a investida e é interrompida quando esse controle deixa de existir.

A Companhia possui controle quando:

- (i)** detém poder sobre a investida;
- (ii)** está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento; e
- (iii)** possui a capacidade de utilizar esse poder para afetar tais retornos.

O controle é reavaliado sempre que fatos ou circunstâncias indiquem alteração em qualquer um desses elementos. Mesmo sem deter a maioria dos direitos de voto, a Companhia pode ter controle quando seus direitos são suficientes para direcionar unilateralmente as atividades relevantes, considerando fatores como dispersão acionária, direitos de voto potenciais, acordos contratuais e padrões de votação anteriores.

As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a uniformidade das políticas contábeis. Todas as transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As participações de não controladores são apresentadas separadamente no patrimônio líquido e no resultado. No reconhecimento inicial, podem ser mensuradas ao valor justo ou com base na participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida. Após o reconhecimento inicial, são ajustadas pela parcela correspondente do resultado e das demais variações patrimoniais.

Alterações no percentual de participação que não resultem em perda de controle são tratadas como transações com proprietários, sendo os efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Na perda de controle, o ganho ou a perda é determinado pela diferença entre (i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e da participação residual e (ii) o valor contábil dos ativos, passivos e participações de não controladores da antiga controlada. Saldos previamente registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados conforme as normas aplicáveis. A participação remanescente, quando existente, é mensurada ao valor justo e passa a ser contabilizada de acordo com as normas aplicáveis a instrumentos financeiros ou investimentos em coligadas e joint ventures.

As participações societárias do Grupo estão listadas a seguir:

Empresa	Data de aquisição	Relacionamento	Percentual de participação direta nas quotas	Percentual de participação direta nas quotas
CH4 Energia S.A.	10/04/2024	Controlada	65,50%	
G3 Energia S.A.	15/04/2024	Controlada	50,00%	
Metagás Biogás e Energia S.A.	09/09/2024	Controlada	60,00%	
Metagera Energia Ltda.	09/09/2024	Controlada	60,00%	
G2U Juiz de Fora Energia S.A.	04/12/2024	Controlada em conjunto	50,00%	
G2U Ipatinga Energia S.A.	10/12/2024	Controlada em conjunto	50,00%	
GA Energia S.A.	10/04/2024	Coligada	-	49,00%

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia assume que não existia risco de provisão para perdas esperadas devido à ausência de contratos públicos encerrados, não havendo assim constituído novas provisões em 31 de dezembro de 2025.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

3.5. Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: **(i)** o custo de materiais e mão de obra direta; **(ii)** quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; e **(iii)** os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.7. Intangível

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

3.8. Debêntures

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

As debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **(i)** o montante a ser descontado; **(ii)** as datas de liquidação; e **(iii)** a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 – Mensuração do valor justo e CPC 12 – Ajuste a valor presente. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

3.10. Outros ativos e passivos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.11. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da **(i)** contraprestação transferida; **(ii)** do valor da participação de não controladores na adquirida; e **(iii)** do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.12. Teste de impairment para o ágio

É medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências que indicassem a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment* relacionadas ao *goodwill* registrado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.14. Reconhecimento de receita

A receita de venda de biometano é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

3.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.16. Principais julgamentos e estimativas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

3.17. Novas normas e pronunciamentos emitidos

As alterações de normas e novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 2025 não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. As principais atualizações aplicáveis conforme listado a seguir:

Normativo	Destaques	Avaliação da Administração
IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (emenda sobre conversibilidade)	Orienta avaliação consistente de conversibilidade de moeda e divulgações quando houver restrições cambiais que afetem mensuração ou apresentação.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dado que a Companhia não atua em ambiente com restrições relevantes de conversibilidade. Monitoramento contínuo.
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Define reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e obrigações associadas (legais ou não formalizadas), inclusive quando há origem, compra, venda, utilização ou negociação.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. a Administração avalia a necessidade de política específica e divulgações adicionais caso surjam transações relevantes.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IFRS 18 / CPC 51 – Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	Nova estrutura de apresentação (categorias: operacional, investimento e financiamento), subtópicos padronizados na DRE; MPMs (medidas de desempenho definidas pela Administração); ajustes na DFC e divulgações.	1º de janeiro de 2027 (aplicação retrospectiva, com disposições de transição)
IFRS 9 / IFRS 7 – Emendas: Classificação e Mensuração	Maior de 2024	Esclarece SPPI, fluxos contratuais, baixa de passivos <i>non-recourse</i> , e novas divulgações para instrumentos financeiros.	1º de janeiro de 2026
IFRS 9 / IFRS 7 – Contracts Referencing Nature-dependent Electricity	Maior de 2024	Ajustes para contratos de energia (<i>own-use</i> , qualificação/ <i>hedge</i>) e requisitos de divulgação.	1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Julho de 2024	Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.		A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que as entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido na IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final intermediária) que prepare demonstrações contábeis consolidadas disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

3.18. IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 / CPC 51 – *Presentation and Disclosures in Financial Statements*, que substituiu a IAS 1/CPC 26 e introduz novos requisitos voltados a aprimorar a comparabilidade das demonstrações contábeis e a transparência das informações apresentadas. A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção retrospectiva permitida.

Embora a IFRS 18/CPC 51 não altere critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas ou despesas, espera-se impacto relevante sobre a apresentação das demonstrações contábeis primárias e sobre as divulgações. Dentre as principais mudanças, destacam-se:

- introdução de novas categorias obrigatórias de apresentação na demonstração do resultado, separando atividades operacionais, de investimento e de financiamento, com subtotais padronizados;
- exigência de divulgações adicionais relacionadas a medidas de desempenho definidas pela Administração (*Management-defined Performance Measures – MPMs*);
- novas regras de agregação e desagregação para as demonstrações contábeis e notas explicativas.

A Companhia avalia que a adoção da norma impactará principalmente a apresentação da demonstração do resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, bem como exigirá revisões na estrutura e no detalhamento das notas explicativas. Até a presente data, não são esperados impactos materiais sobre as políticas de conhecimento ou mensuração adotadas pela Companhia.

Além destas, a Companhia não prevê que existem outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC® que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

4. Representação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram rerepresentadas em função da conclusão, em 2025, da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation (PPA)*) relacionada à combinação de negócios realizada no exercício de 2024.

Em 2025, com a conclusão do PPA, a Companhia identificou e mensurou definitivamente determinados ativos identificáveis adquiridos, resultando na reclassificação de parcela do valor anteriormente reconhecido como *goodwill* para o ativo imobilizado e para ativos intangíveis.

Em conformidade com os requerimentos contábeis aplicáveis, os efeitos dessa alocação foram reconhecidos retroativamente, por meio da rerepresentação dos saldos comparativos de 2024. Essa rerepresentação não afetou os fluxos de caixa nem o patrimônio líquido total da Companhia na data da combinação de negócios, limitando-se à reclassificação entre contas patrimoniais.

Adicionalmente, a rerepresentação incluiu pequenos ajustes em investimentos, prejuízos acumulados e na participação de não controladores, os quais não são relevantes e não alteram a análise das demonstrações contábeis.

a) Controladora

	Notas	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 (Rerepresentado)
Ativo	-			
Não circulante				
Investimentos		57.609	156	57.765
Passivo	-			
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados		(2.485)	156	(2.329)
Resultado	-			
Resultado de equivalência patrimonial		(1.339)	156	(1.183)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Notas	31/12/2024	Reclassificação	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo	-			
Não circulante				
Imobilizado		59.537	5.678	65.215
Intangível		23.238	(5.834)	17.404
Passivo	-			
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados		(2.485)	156	(2.329)
Participação de não controladores		18.271	(311)	17.960
Resultado	-			
Atribuído aos acionistas controladores		(2.485)	156	(2.329)
Atribuído aos acionistas não controladores		(735)	(156)	(891)

5. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	5	5
Bancos conta movimento	10	62	3.963	396
Aplicações de liquidez imediata	4.203	14.402	4.305	14.402
Total	4.213	14.464	8.273	14.803

O saldo refere-se em sua maioria a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) da Controladora, junto ao banco Bradesco de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A variação no saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024 se deu principalmente pelo uso dos recursos em investimentos nas investidas.

6. Contas a receber de clientes

O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante (i)	3.378	609
Total	3.378	609

(i) Os saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2025, refere-se, em sua maioria, a valores a receber junto aos clientes da Controladora Metagás, cujo a expectativa de liquidação ocorrerá a partir de janeiro de 2026. Com base na avaliação da Administração, considerando o histórico de recebimentos e a expectativa de recuperação, não foi constituída provisão para perdas estimadas.

O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	3.024	325
Vencidos		
até 180 dias	34	284
até 360 dias	12	-
Há mais de 360 dias	308	-
Total	3.378	609

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	666	29	678	31
IRPJ de anos anteriores	32	-	32	-
ICMS a recuperar	-	-	7	4
PIS e Cofins a recuperar	-	-	1.320	1.311
INSS retido na fonte	-	-	15	-
Total	698	29	2.052	1.346

A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2025, seja realizado no decorrer do exercício de 2026, os quais foram declarados em ECF e o pedido de restituição enviado a Receita Federal do Brasil.

8. Partes relacionadas - Debêntures privadas

a) Controladora

Os saldos ativos representam, principalmente, empréstimos concedidos entre as sociedades do grupo, conforme detalhamento apresentado no quadro de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos apresentados com transações com partes relacionadas da controlada são:

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos a receber				
GN Verde	3.874	-	3.874	-
Total no ativo circulante	3.874	-	3.874	-

b) Debêntures privadas - Ativo não circulante

Ativo não circulante	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures a receber		
CH+ Energia S.A. (i)	92.217	14.181
Total no ativo não circulante	92.217	14.181

(i) Em 09 de dezembro de 2024, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a Companhia, na qualidade de debenturista, firmou instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, de espécie subordinada, em série única com sua controlada CH+ Energia S.A.

O instrumento prevê a emissão de até 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, totalizando R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), com taxa de juros remuneratória de 8% a.a., com capitalização anual dos juros e vencimento em 09 de dezembro de 2033.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a subscrição de 87.103 (oitenta e sete mil, cento e três) debêntures, totalizando o montante de R\$ 87.103 (oitenta e sete milhões, cento e três mil reais), registrado no ativo não circulante, na rubrica “Debêntures a receber”.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de debêntures a receber reflete integralmente as debêntures subscritas no exercício, não havendo vencimentos no curto prazo.

Movimentação de partes relacionadas – Debêntures

	Total não circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Integralização	14.181
(+) Juros incorridos	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.181
(+) Integralização	74.103
(+) Juros incorridos	3.933
Saldos em 31 de dezembro de 2025	92.217

c) Debentures privadas – Passivo não circulante

Passivo não circulante	%	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures a pagar					
Gama Fundo (ii)	-	76.812	22.553	76.812	22.553
Total no passivo não circulante		76.812	22.553	76.812	22.553

Movimentação de partes relacionadas – Debêntures

	Total não circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Integralização	22.500
(+) Juros incorridos	53
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.553
(+) Integralização	51.000
(+) Juros incorridos	3.259
Saldos em 31 de dezembro de 2025	76.812

(ii) Em 04 de novembro de 2024, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia, na qualidade de emissora, firmou instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, de espécie subordinada, em série única com sua controladora Gama Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O instrumento prevê a emissão de até 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), com taxa de juros remuneratória de 8% a.a., com capitalização anual dos juros e vencimento em 09 de dezembro de 2033.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou integralizações no montante de R\$ 51.000 (cinquenta e um milhões de reais), referentes à subscrição de debêntures pela parte relacionada, as quais foram reconhecidas no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de debêntures no passivo não circulante totaliza R\$ 76.812 (setenta e seis milhões, oitocentos e doze mil reais), já incluindo a atualização por encargos financeiros incorridos no exercício.

Covenants contratuais

As debentures não estão sujeitas a qualquer evento de vencimento antecipado.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos de inadimplência ou alterações contratuais significativas que resultassem em mudanças dos termos de pagamento das debentures.

A Companhia está em dia com as obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

9. Investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas.

a) Composição

Descrição	%	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
CH4 Energia S.A.	65,50%	9.136	12.471	-	-
G3 Energia S.A.	50,00%	66	68	-	-
Metagás Biogás E Energia S.A. (i)	60,00%	55.886	35.607	-	-
Metagera Energia Ltda. (i)	60,00%	4.755	4.730	-	-
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	50,00%	1.014	5	1.014	5
G2U Ipatinga Energia S.A.	50,00%	5	5	5	5
GA Energia S.A.	49,00%	4.879	4.879	4.879	4.879
Total dos investimentos	-	75.741	57.765	5.898	4.889

(i) Em 09 de setembro de 2024, a Companhia adquiriu 60% das participações societárias da Metagás Biogás e Energia S.A. e da Metagera Energia Ltda., passando a deter o controle das investidas. Em decorrência da operação, foi reconhecido ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), classificado como ativo intangível, conforme os Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) e CPC 04 (R1), conforme Nota Explicativa 11.

b) Movimentação

Descrição	Investimento em 31/12/2024		Depreciação de mais-valia	Equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2025
	(Reapresentado)	Aportes			
CH4 Energia S/A	12.471	-	-	(3.335)	9.136
G3 Energia S/A	68	-	-	(2)	66
Metagás Biogás e Energia S/A	35.607	19.199	(516)	1.596	55.886
Metagera Energia Ltda.	4.730	30	-	(5)	4.755
G2U Juiz de Fora Energia S/A	5	2.246	-	-	2.251
G2U Ipatinga Energia S/A	5	-	-	-	5
GA Energia S/A	4.879	-	-	(1.237)	3.642
Total dos investimentos	57.765	21.475	(516)	(2.983)	75.741

Descrição	Investimento em 31/12/2023			Equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2024 (Reapresentado)
	Aportes	Ágio	Mais-valia (iii)		
CH4 Energia S/A (i)	-	12.640	-	(169)	12.471
G3 Energia S/A	-	101	-	(33)	68
Metagás Biogás e Energia S/A (ii)	-	13.893	16.751	5.809	35.607
Metagera Energia Ltda.	-	4.208	522	-	4.730
G2U Juiz de Fora Energia S/A	-	5	-	-	5
G2U Ipatinga Energia S/A	-	5	-	-	5
GA Energia S/A	-	5.014	-	(135)	4.879
Total dos investimentos	-	35.866	17.273	5.809	(1.183)

(i) A CH4 foi constituída em 2024 já com a Companhia como acionista, não havendo operação de aquisição. Assim, a transação não caracteriza combinação de negócios conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3, não sendo aplicáveis ágio, ganho por compra vantajosa ou PPA. Os aportes realizados representam integralizações de capital nos termos do CPC 18 (R2), utilizadas pela CH4 para aquisição de seus ativos operacionais;

(ii) Do total de ágio registrado na aquisição das investidas, considerando o montante de R\$ 16.751 mil atribuídos à Metagás, R\$ 10.646 mil foram pagos ao longo de 2024, permanecendo a parcela remanescente de R\$ 6.105 mil registrada em Outros passivos (circulante) em 31 de dezembro de 2024, conforme Notas Explicativas nºs 12 e 24. Essa parcela não envolveu movimentação de caixa no exercício e foi liquidada em janeiro de 2025;

(iii) Do total de R\$ 5.809 da mais-valia registrado na aquisição da Metagás, R\$ 5.678 refere-se a mais-valia de imobilizado e R\$ 131 refere-se a mais-valia de carteira de clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Demonstrações contábeis resumidas

2025								
Investidas	Participação %	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido Participação societárias	Resultado do exercício	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
CH4 Energia S/A	65,50%	233	127.251	21.557	92.217	13.710	(5.091)	
G3 Energia S/A	50,00%	132	-	-	-	132	(3)	
Metagás Biogás e Energia S/A	60,00%	8.652	48.806	1.978	198	55.282	2.661	
Metagera Energia Ltda.	60,00%	65	7.009	19	-	7.055	(9)	
Total em controladas	-	9.082	183.066	23.554	92.415	76.179	(2.442)	
G2U Ipatinga Energia S/A	50,00%	10	-	-	-	10	-	
G2U Juiz de Fora Energia S/A	50,00%	4.502	-	-	-	4.502	-	
Total em controladas em conjunto	-	4.512	-	-	-	4.512	-	
GA Energia S/A	49,00%	53.714	59.926	52.392	53.816	7.432	(2.524)	
Total em coligadas	-	53.714	59.926	52.391	53.816	7.432	(2.524)	
Total de investimentos em controladas e coligadas	-	67.308	198.754	75.945	146.231	88.123	(4.966)	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2024 (Reapresentado)								
Investidas	Participação %	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido Participação societárias	Resultado do exercício	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
CH4 Energia S/A	65,50%	33.030	-	48	14.181	18.801	(258)	
G3 Energia S/A	50,00%	135	-	-	-	135	(66)	
Metagás Biogás E Energia S/A	60,00%	4.178	18.635	1.020	-	21.793	(2.008)	
Metagera Energia Ltda.	60,00%	24	7.009	19	-	7.014	-	
Total em controladas		37.367	25.644	1.087	14.181	47.743	(2.332)	
G2U Juiz De Fora Energia S/A	50,00%	10	-	-	-	10	-	
G2U Ipatinga Energia S/A	50,00%	10	-	-	-	10	-	
Total em controladas em conjunto	-	20	-	-	-	20	-	
GA Energia S/A	49,00%	25.502	-	46	15.500	9.956	(276)	
Total em coligadas	-	25.502	-	46	15.500	9.956	(276)	
Ágio		-	-	-	-	17.273	-	
Mais-valia		-	-	-	-	5.808	-	
Total de investimentos em controladas e coligadas	-	62.889	25.644	1.133	29.681	57.719	(2.608)	

10. Imobilizado

a) Composição

Controladora	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024
Móveis e utensílios	10	12	(2)	10	-
Outras imobilizações	10	5	(1)	4	-
Total		17	(3)	14	-

Consolidado	Taxa média anual %	Custo	Depreciação	Líquido em 31/12/2025	Líquido em 31/12/2024 (Reapresentado)
Máquinas e equipamentos (i)	20	28.609	(2.396)	26.213	25.651
Instalações industriais (ii)	20	12.650	(593)	12.057	5.615
Móveis e utensílios	10	45	(12)	33	26
Veículos	20	25	(15)	10	13
Imobilizado em andamento (iii)	-	149.805	-	149.805	33.896
Outras imobilizações	10	19	(2)	17	14
Total		191.153	(3.018)	188.135	65.215

(i) Os saldos referem-se, basicamente, às plantas de produção de biometano das controladas Metagás e Metagera, no montante de R\$ 12.978 e R\$ 7.009, respectivamente. Ressalta-se que o ativo da Metagera, no valor de R\$ 7.009, encontra-se atualmente não operacional, razão pela qual não foi submetido à depreciação no período;

(ii) Refere-se basicamente a obra de infraestrutura para acomodação da planta de produção de biometano na Controlada Metagás.

(iii) O saldo de imobilizado em andamento, refere-se, principalmente, a valores antecipados pela controlada CH4 Energia para projetos em desenvolvimento no exterior. Esses adiantamentos estão vinculados à futura aquisição de ativos fixos, notadamente à planta de produção de Biometano, cuja conclusão está prevista para o exercício de 2026.

b) Movimentação

Controladora	Saldos em 31/12/2024	Aquisição	(-) Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Móveis e utensílios	-	12	(2)	10
Outras imobilizações	-	5	(1)	4
Total	-	17	(3)	14

Consolidado	Saldos em 31/12/2024 (Reapresentado)	Aquisição	(-) Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	25.651	1.750	(1.188)	26.213
Instalações Industriais	5.615	6.585	(143)	12.057
Móveis e utensílios	26	12	(5)	33
Veículos	13	-	(3)	10
Imobilizado em andamento	33.896	115.909	-	149.805
Outras imobilizações	14	3	-	17
Total	65.215	124.259	(1.339)	188.135

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Saldos em			(-)	Saldos em
	31/12/2023	Aquisição	Mais-valia	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	-	20.144	5.678	(171)	25.651
Instalações Industriais	-	5.695	-	(80)	5.615
Móveis e utensílios	-	27	-	(1)	26
Veículos	-	15	-	(2)	13
Imobilizado em andamento e adiantamentos	-	33.896	-	-	33.896
Outras imobilizações	-	16	-	(2)	14
Total	-	59.793	5.678	(256)	65.215

11. Intangível

	Saldo em			Amortização	Saldo em
	31/12/2024	Adições	Baixas		
Goodwill - Ágio pago por rentabilidade futura	17.273	-	-	-	17.273
Mais-valia da carteira de clientes	131	-	-	-	131
Marcas e patentes	-	5	-	-	5
Total	17.404	5	-	-	17.409

	Saldo em			Amortização	Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas		
Goodwill - Ágio pago por rentabilidade futura	-	17.273	-	-	17.273
Mais-valia da carteira de clientes	-	131	-	-	131
Total	-	17.404	-	-	17.404

	Mais-valia da			Mais-valia da
	%	Valor pago	Ágio reconhecido	
Metagás Biogás e Energia S.A.	60%	35.607	16.751	131
Metagera Energia Ltda.	60%	4.730	522	-
Total	-	-	17.273	131

O intangível é composto, substancialmente, por ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), reconhecido nos termos do CPC 15 (R1), conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

(I) Durante o exercício de 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a GBIO Energia S.A. realizou a aquisição de participações societárias nas empresas Metagás Biogás e Energia S.A. e Metagera Energia Ltda., ambas atuantes no setor de biogás e energia renovável. As aquisições foram formalizadas em 09 de setembro de 2024.

(II) Em decorrência das aquisições realizadas, foi identificado e reconhecido ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), classificado como ativo intangível, conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

O *goodwill* reconhecido representa o excedente do custo de aquisição em relação à participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, refletindo a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, sinergias operacionais e comerciais e a expansão das operações do Grupo.

Até 31 de dezembro de 2024, a combinação de negócios encontrava-se em período de mensuração, nos termos do CPC 15 (R1), motivo pelo qual o excedente da aquisição havia sido reconhecido de forma provisória como *goodwill*, não havendo, naquela data-base, o reconhecimento definitivo de mais-valia ou de ativos intangíveis identificáveis.

Com a conclusão, em 2025, do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation (PPA)*), os valores definitivos foram determinados com base em laudo técnico independente, resultando na realocação de parcela do *goodwill* para ativos intangíveis identificáveis e itens do imobilizado. Em conformidade com o CPC 15 (R1) e o CPC 23, os efeitos dessa conclusão foram reconhecidos retrospectivamente à data da aquisição, com a consequente rerepresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

(III) O *goodwill* não é amortizado e é submetido, no mínimo anualmente, ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências que indicassem a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment* relacionadas ao *goodwill* registrado.

11.1. Aquisição da Metagás Biogás e Energia S.A.

Em 09 de setembro de 2024, foi realizada a aquisição dos ativos líquidos adquiridos da Empresa Metagás Biogás e Energia S.A., pela GBIO Energia S.A. Esta operação foi efetivada por meio da aquisição de 60% das cotas da Metagás, conforme o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, datado em 09 de setembro de 2024, desta forma a GBIO passou a deter 60% dos ativos líquidos da adquirida.

Determinação do preço de compra

Para aquisição de 60% dos ativos líquidos identificados e passivos assumidos, avaliados, na proporção da participação acionária adquirida, conforme balanço patrimonial de transição, a GBIO assumiu obrigação de pagamento da “contraprestação transferida” a valor presente no montante de R\$ 35.607, correspondente ao custo de aquisição do investimento.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ógio:

O valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, sendo determinado pelo cálculo com base em um período de dezesseis anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado com a taxa do custo de capital da Companhia (*WACC*). Quaisquer reconsiderações adiante no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. O valor em uso utilizado considera o valor final da expectativa de geração de benefício econômico da entidade (*Enterprise Value*, ou valor das operações).

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento do EBITDA e taxas de crescimento das receitas. Os valores determinados para as premissas chaves representam a avaliação da administração às tendências futuras e foram baseados em fontes externas e fontes internas (dados históricos) demonstradas a seguir:

- Taxa de desconto – A taxa de desconto é utilizada para trazer os fluxos de caixa futuros projetados a valor presente e representa o custo ponderado de capital do mercado, entre capital próprio e de terceiros, sendo calculada pela metodologia *Weighted Average Cost of Capital (WACC)*. Este é o modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada entre a participação e retorno dos acionistas versus a participação e retorno do capital de terceiros resulta na taxa de desconto nominal de 13,8% a.a. (pós-tax);
- Margem operacional – A margem EBITDA foi projetada de acordo com as estimativas da administração para a estabilidade e maturação da companhia em 2027, alcançando 63,8% nesse ano;
- Crescimento de receitas – Nos 03 primeiros anos projetados, é considerado um *ramp-up* de receitas com base da disponibilidade da operação, que alcança 94% em 2028, posteriormente só sendo atualizada pela inflação; e
- Nesse sentido, o teste foi então realizado com base na expectativa de recuperabilidade dos ativos, o qual não indicou necessidade de *impairment*.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

No quadro a seguir é demonstrada a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Item	Metagás		Valor justo total
	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	162	-	162
Contas a receber	609	-	609
Impostos a recuperar	1.318	-	1.318
Adiantamentos	2.090	-	2.090
Imobilizado	18.585	9.463	28.048
Intangível	-	219	219
Total dos ativos adquiridos	22.766	9.682	32.448
Fornecedores	548	-	549
Obrigações tributárias	318	-	318
Obrigações trabalhistas	150	-	150
Contas a pagar	4	-	4
Total dos passivos assumidos	1.020	-	1.020
Patrimônio líquido	21.746	9.682	31.428
Total	22.766	9.682	32.448

Apuração do ágio - Valores informativos (PPA em período de mensuração)

O quadro de apuração do ágio reflete a estimativa preliminar do PPA com base nos valores justos na data da aquisição e tem caráter exclusivamente informativo, conforme quadro a seguir:

Item	Total	% adquirido	Total (Reapresentado)
Preço de compra considerado	-	-	35.607
Valor contábil dos ativos líquidos	21.746	60%	13.047
Ajuste líquido dos ativos tangíveis (imobilizado)	9.463	60%	5.678
Ativos intangíveis (contrato de fornecimento)	219	60%	131
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	16.751

O cálculo acima apresenta, de forma exclusivamente informativa, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura conforme as estimativas preliminares de alocação do preço de compra (PPA), considerando os valores justos dos ativos e passivos da adquirida na data da aquisição.

11.2. Aquisição da Metagera Energia Ltda.

Em 09 de setembro de 2024, foi realizada a aquisição dos ativos líquidos adquiridos da Empresa Metagera Energia Ltda, pela GBIO Energia S.A. Esta operação foi efetivada por meio da aquisição de 60% das cotas da Metagera, conforme o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, datado em 09 de setembro de 2024, desta forma a GBIO passou a deter 60% dos ativos líquidos da adquirida.

Determinação do preço de compra

Para aquisição de 60% dos ativos líquidos identificados e passivos assumidos, avaliados, na proporção da participação acionária adquirida, conforme balanço patrimonial de transição, a GBIO assumiu obrigação de pagamento da “contraprestação transferida” a valor presente no montante de R\$ 4.730.

Apuração do ágio

O quadro de apuração do ágio reflete a estimativa preliminar do PPA com base nos valores justos na data da aquisição e tem caráter exclusivamente informativo, conforme quadro a seguir:

Item	Total	% adquirido	Total
Preço de compra considerado	-	-	4.730
Valor contábil dos ativos líquidos	7.014	60%	4.208
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	522

11.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio:

O valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, sendo determinado pelo cálculo com base em um período de dezesseis anos, utilizando premissas de fluxo de caixa descontado com a taxa do custo de capital da Companhia (WACC). Quaisquer reconsiderações adiante no valor contábil do ativo devem ser reconhecidas como perda por não recuperabilidade e reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. O valor em uso utilizado considera o valor final da expectativa de geração de benefício econômico da entidade (Enterprise Value, ou Valor das Operações).

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento do EBITDA e taxas de crescimento das receitas. Os valores determinados para as premissas chaves representam a avaliação da administração às tendências futuras e foram baseados em fontes externas e fontes internas (dados históricos) demonstradas a seguir:

- Taxa de desconto – A taxa de desconto é utilizada para trazer os fluxos de caixa futuros projetados a valor presente e representa o custo ponderado de capital do mercado, entre capital próprio e de terceiros, sendo calculada pela metodologia *Weighted Average Cost of Capital* (WACC). Este é o modelo no qual o custo de capital é determinado pela média ponderada entre a participação e retorno dos acionistas versus a participação e retorno do capital de terceiros resulta na taxa de desconto nominal de 13,8% a.a. (pós-tax);
- Margem operacional – A Margem EBITDA foi projetada de acordo com as estimativas da administração para a estabilidade e maturação da companhia em 2027, alcançando 63,8% nesse ano; e
- Crescimento de receitas – nos 3 primeiros anos projetados, é considerado um *ramp-up* de receitas com base da disponibilidade da operação, que alcança 94% em 2028, posteriormente só sendo atualizada pela inflação.

Nesse sentido, o teste foi então realizado com base na expectativa de recuperabilidade dos ativos, o qual não indicou necessidade de *impairment*.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores circulante (i)	110	29	22.353	639
Total de fornecedores	110	29	22.353	639

(i) A variação no consolidado se deve, principalmente, pela aquisição, na investida CH4 Energia, de materiais e serviços para implantação da planta de biometano.

13. Empréstimos

O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim demonstrados:

Agente financeiro	Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
XP Investimentos	Nota comercial	CDI	56.593	-	56.593	-

A variação no saldo dos empréstimos na Controladora decorre, principalmente, da captação de novos empréstimos junto ao Banco XP, na modalidade nota comercial, com encargos atrelados ao CDI e vencimento em 22 de fevereiro de 2027, ocorrida no exercício. Em 31 de dezembro de 2025, não há vencimentos no curto prazo, estando a totalidade do saldo classificada no passivo não circulante, com expectativa de liquidação integral em 2027 conforme movimentação demonstrada a seguir:

a) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
Captações	50.000	50.000
Juros	6.593	6.593
Saldo em 31 de dezembro de 2025	56.593	56.593

14. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar (i)	1	6.105	309	6.105
Total	1	6.105	309	6.105

(i) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo refere-se à quarta parcela pela aquisição das ações das empresas Metagás e Metagera, com liquidação total em janeiro de 2025, conforme contrato firmado entre as partes.

15. Provisão para demandas judiciais

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais deveriam estar registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 87.994, sendo R\$ 59.985 integralizados e R\$ 28.009 a integralizar e está representado por 87.993.645 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Gama FIP	87.993.645	100,00%	-	-	87.993.645	100,00%
Total	87.993.645	100,00%	-	-	87.993.645	100,00%

Em, 27 de julho de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 12.483.645,00 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), passando o capital social da Companhia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 12.493.645,00 (doze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), mediante a subscrição de 12.483.645 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, ações essas totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista única da Companhia.

Em 20 de agosto de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), passando o capital social da Companhia de R\$ 12.496.645,00 (doze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para R\$ 18.993.645,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), mediante a subscrição de 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, ações essas totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista única da Companhia.

Em 05 de setembro de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais), sendo R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais) totalmente subscrito e realizado e R\$ 28.008.500,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais) a realizar, passando o capital social da Companhia de R\$ 18.993.645,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para R\$ 87.993.645,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), mediante a subscrição de 69.000.000 (sessenta e nove milhões) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, sendo 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas nesta data e de 28.008.500 (vinte e oito milhões e quinhentas) de ações a integralizar pela acionista única da Companhia.

No dia 09 de setembro de 2024 a Companhia firmou o termo de fechamento de opção de compra e venda e outras avenças com a GN Verde Participações S/A, que cedeu e transferiu 8.012.435 (oito milhões, doze mil, quatrocentas e trinta e cinco) ações de sua titularidade na Empresa Metagás Biogás e Energia S/A e 4.208.400 (quatro milhões, duzentos e oito mil e quatrocentas) quotas de sua titularidade na Empresa Metagera Energia Ltda. para a GBIO Energia S.A., a título livre e desembaraçada sem qualquer ônus, gerando um ágio no montante de R\$ 16.751.

b) Reserva legal

O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório 3% (três por cento) do resultado do exercício, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

17. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receitas de vendas (i)	13.646	1.893
(-) Impostos sobre faturamento	(2.061)	(416)
Total da receita líquida	11.585	1.477

(i) Os montantes de R\$ 13.646 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 1.893 em 31 de dezembro de 2024 são integralmente provenientes da receita de venda de biometano pela Controlada Metagás conforme Nota Explicativa nº 3.14.

18. Custo operacional

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Manutenção	(1.056)	(891)
Pessoal	(1.738)	(546)
Locação	(814)	(230)
Biogás	(961)	(249)
Insumos	(521)	(204)
Serviços de terceiros	(150)	(101)
Energia elétrica	(1.574)	-
Outros	(237)	(83)
Total	(7.051)	(2.304)

Os custos são representados, em sua maioria, pelos custos incorridos na geração de biometano na Controlada Metagás.

19. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão demonstradas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.325)	(583)	(3.330)	(584)
Serviços de terceiros	(3.729)	(349)	(4.323)	(835)
Depreciação	(518)	-	(1.339)	(256)
Tributárias	(106)	(126)	(563)	(161)
Seguros	-	-	(705)	(70)
Conservação	-	-	-	(46)
Locação	(86)	(2)	(108)	(22)
Viagens	-	-	-	(11)
Gerais	(558)	(191)	(708)	(388)
Total	(8.322)	(1.251)	(11.076)	(2.373)

As despesas são representadas, em sua maioria, pelas despesas de pessoal administrativo da Companhia e serviços de terceiros, incorridos na geração de biometano, na Controlada Metagás.

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Sobre aplicações financeiras	2.802	223	2.859	254
Remuneração de debêntures	3.933	-	-	-
Outras	4	-	6	-
Total	6.739	223	2.865	254
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(6.593)	(53)	(6.593)	(53)
Encargos sobre debêntures	(3.259)	-	(3.259)	-
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(75)	(66)	(83)	(73)
Bancária	(500)	-	(507)	-
Juros	-	-	(82)	(2)
Outras	-	-	(55)	(4)
Total	(10.427)	(119)	(10.579)	(132)
Resultado financeiro líquido	(3.688)	104	(7.714)	122

21. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia e de suas controladas prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

iii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

22. Seguros

A política da Companhia é de manter cobertura de seguros, principalmente para os bens do ativo imobilizado, responsabilidade civil, estabelecimento e riscos diversos que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou que os riscos estão adequadamente cobertos por apólices contratadas em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza das atividades da Companhia e as recomendações de seus consultores especializados em seguros. A cobertura contratada é considerada adequada para suportar eventuais perdas decorrentes de sinistros relacionados à operação.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

23. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou operações que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não foram refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo:

(i) o reconhecimento de ágio (*goodwill*) decorrente de combinações de negócios, no montante de R\$ 17.273 mil.
